

MEMÓRIA DAS CIDADES

coleção dirigida por Henry Dougier
em um comitê internacional de historiadores:

Maurice Agulhon (Paris)	Jacques Le Goff (Paris)
Peter Burke (Cambridge)	Claudio Magris (Trieste)
Neil Harris (Chicago)	Carlos Martínez Shaw (Barcelona)
Paulus Herding (Hamburgo)	Elikia N'Bokolo (Paris)
Yves Hersant (Paris)	Jacques Revel (Paris)
	Rudolf Von Thadden (Göttingen)

supervisão da edição brasileira:

prof. Francisco José Calazans Falcon
professor do Departamento de História, IFCS/UFRJ
e professor titular do Departamento de História, UFF

Volumes iniciais da coleção:

ESBOÇA ULTRAMARINA
1415-1580: A invenção do mundo
pelos navegadores portugueses

TOLEDO, SÉCULOS XII-XIII
Muçulmanos, cristãos e judeus:
o saber e a tolerância

LONDRES, 1851-1901
A era vitoriana ou o triunfo
das desigualdades

BERLIM, 1919-1933
Gigantismo, crise social e avant-garde:
a encarnação extrema da modernidade

Toledo, séculos XII-XIII

Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância

Organizado por Louis Cardaillac

Tradução:
Lucy Magalhães

Revisão técnica:
Francisco José Calazans Falcon
em colaboração com
Nelma Garcia de Medeiros

Jorge Zahar Editor
Rio de Janeiro

Ana Castro

O refluxo do Islã espanhol

JEAN-PIERRE DEDIEU

Potência regional dominante, a Castela de Afonso VI estende seu protetorado ao conjunto da Espanha muçulmana e se apodera de Toledo em 1085. Durante mais de um século, a cidade será a fronteira da cristandade diante do Islã. O intercâmbio cultural se faz entre castelhanos, francos misturados aos conquistadores e muçulmanos remanescentes.

Desde o século VI, o mundo cristão do Ocidente se assemelha a uma fortaleza assediada. Política, demográfica e intelectualmente, encerrou-se em si mesmo. Por volta do ano 1000, inicia-se uma profunda renovação e manifesta-se, em todos os campos, um dinamismo fora do comum: reorganização dos Estados, ascensão do papado e das ordens religiosas, renascimento intelectual na Itália e na França. As fronteiras são progressivamente empurradas para o norte, para a Europa central, e, principalmente, para o sul e o leste mediterrâneos, à procura do ouro, mas também do saber — cultura antiga, contribuições árabes e orientais — necessário para alimentar o crescimento. Esse mundo cristão solicita e conquista, oscila entre a guerra e o intercâmbio.

O contato entre os dois mundos é particularmente intenso na Espanha. É duradouro e não se reduz à guerra, mesmo no domínio político. A importância e a versatilidade dos jogos de aliança entre soberanos muçulmanos das *taifas* e soberanos cristãos são prova disso. Os dois lados, o muçulmano e o cristão, estão bem integrados a seus respectivos universos, e, conseqüentemente, aptos a servir de transmissores.

A tomada de Toledo, após um acordo ambíguo, que, entretanto, não deixava de ser um acordo, efetuada num clima de respeito relativo, é o símbolo dessa coexistência. Ela assinala também o confronto entre os dois mundos e a concorrência que os opõe: os muçulmanos são progressivamente expulsos da cidade; a reação almorávida, e depois a

almôada, separadas por um intervalo em que a convivência é retomada, bloqueiam o avanço cristão e fazem de Toledo, durante mais de um século, uma fronteira, um lugar de passagem obrigatória entre essas duas culturas. Conscientes desse fato, embriagados por sucessos militares que, isoladamente, foram impressionantes, os reis de Castela se proclamaram imperadores.

Em meados do século XIII, o Islã ocidental desmorona e, em alguns anos, perde Valência e a Andaluzia. O reino de Granada só subsiste, na realidade, como colônia genovesa.

*

Fins de abril de 711. Tariq, general berbere enviado por Mussa, que governa a África do Norte em nome de Walid I, o longínquo califa de Damasco, sucessor do Profeta, desembarca em Algeciras. Dois meses depois, nas margens do Guadalete, aniquila o exército de Rodrigo, o último rei visigodo, que traíra alguns dos seus. Tariq arremete contra Toledo, capital do reino, para saqueá-la. Apodera-se da cidade sem resistência, pois a maior parte de sua população a abandonara. O butim é considerável. Mussa, alertado, acorre com reforços. Em cinco anos, a Espanha inteira cai nas mãos de um punhado de guerreiros muçulmanos, que dominam cerca de dois milhões e meio de cristãos. Pequenos grupos de refugiados resistem nas montanhas das Astúrias e na Gália; existem bolsões de resistência nos países bascos, nos altos vales dos Pireneus. Mas nada disso pesa realmente.

1050. Já são mais de trezentos anos, e o país está inteiramente transformado. A Espanha é muçulmana; ou antes, os dois terços meridionais da Espanha, ao sul de uma linha que vai de Lisboa a Navarra. Ao norte, a Espanha fria, úmida, miserável, abandonada aos cristãos, que expedições periódicas — operações militares, policiais e saques — cercam nas montanhas; além de um vasto *no man's land* quase vazio, que garante a segurança de al-Andalus, a Espanha meridional, rica, povoada e culta. Entre as duas, uma fronteira militar, pontuada por cidades fortificadas: Badajoz, Toledo, Saragoça; duplicada por uma linha paralela que permite aos exércitos que sobem do Sul socorrer rapidamente qualquer ponto ameaçado.

Al-Andalus é antes de tudo uma civilização agrícola, uma agricultura rica, tecnicamente evoluída, em que a irrigação, a cultura de hortas e pomares parecem desempenhar um grande papel; é também uma civilização urbana, em que a tradição árabe devolveu a vida às cidades quase mortas dos visigodos: Córdova, em primeira lugar, a capital, admirada pelos visitantes; Sevilha, a mercantil, Almeria, Granada,

Valência, Saragoça e Toledo, reduzida a um papel secundário, mas que faz boa figura diante dos pobres burgos do país cristão... Al-Andalus é o comércio, com os francos, amantes do ouro e dos produtos de luxo, mas principalmente com Túnis, com Alexandria. Al-Andalus, enfim, para os cristãos do Norte, é a terra da prata e do ouro, onde circula o dinar, essa moeda que a Europa quase esqueceu.

Mas nem tudo são flores na Espanha muçulmana, a começar pela sociedade, que não tem homogeneidade. O Islã é tolerante. Não forçou os cristãos a se converterem. No país muçulmano, o clero exerce o seu ministério, os mosteiros funcionam, ensina-se teologia, especula-se sobre as relações entre o Pai e o Filho e o culto continua... sem poder se manifestar no domínio público, é verdade. Mas o estatuto jurídico do cristão o situa em estado de inferioridade acentuada: paga um imposto especial, não tem o direito de desposar uma muçulmana, e, ao menor sinal, é declarado convertido, sem possibilidade de voltar atrás.

Com algumas exceções, os postos de comando lhes são vetados. Assim sendo, as conversões são numerosas, e a comunidade cristã se enfraquece a cada dia. Está próximo o tempo em que os cristãos do Sul, presos entre o recrudescimento do fundamentalismo muçulmano e a investida de seus correligionários do Norte que os chamam, talvez com desprezo, de moçárabes, serão obrigados a renunciar à sua especificidade. Enquanto isso, sentem-se cada vez menos à vontade, e, quando podem, emigram para as terras cristãs.

Não se poderia dizer o mesmo dos judeus. São numerosos, sobreviventes das perseguições visigóticas, ou imigrantes, vindos de toda parte, atraídos pela tolerância que se tem por eles e pelo desenvolvimento das cidades. Seu estatuto é próximo do dos cristãos e seu papel cresce na administração. Em certos Estados, no século XI, alguns desempenharão funções de verdadeiros primeiros-ministros.

O direito, e mais ainda a prática, situam o muçulmano no cume da pirâmide social. De fato, para retomar o título de uma obra célebre, "os árabes realmente invadiram a Espanha". Vieram em número muito maior do que se supunha, da longínqua Arábia e da África do Norte (faz-se ainda a distinção entre árabes e berberes). Os convertidos de origem cristã, que se situam em posição inferior à dos muçulmanos de nascimento, fizeram o resto. O Islã é majoritário. Mais ainda, a cultura é muçulmana: a organização social, os modelos familiares, os esquemas de pensamento são muçulmanos.

O árabe é a língua das ciências e das artes. Ciências e artes, desde o século X, brilham nas cortes e nas cidades. As artes plásticas, a arquitetura desenvolveram-se e oferecem monumentos que entraram

para o patrimônio universal, como a grande mesquita de Córdoba; a poesia, na mais pura tradição oriental, produz obras-primas. O pensamento especulativo tem um impulso notável nas escolas jurídicas, e também, sob o grande al-Hakam II, que reúne em Córdoba, na segunda metade do século X, uma magnífica biblioteca, as matemáticas e a astronomia.

Em meados do século XI, a bandeira será retomada pela Toledo do prestigioso al-Ma'mun (1045-1077), que acolhe artistas e sábios expulsos de Córdoba pelo desmoronamento do califado. Al-Andalus faz realmente parte de um conjunto imenso, que se estende até o Indo, onde circulam os homens, as idéias e os livros, onde nunca se perdeu a lembrança das obras da Antiguidade e onde nunca se interrompeu a tradição da leitura. Nesse ponto, estamos a anos-luz da Europa cristã.

A essa Europa cristã al-Andalus negligenciou durante muito tempo. Fora preciso fazer um esforço para repelir os exércitos de Carlos Magno, que desceram até Saragoça e Barcelona, mas foram finalmente bloqueados, e retomou-se o essencial do terreno perdido. Durante muito tempo, foram um pouco mais incômodos os grupos guerreiros das Astúrias e da Galícia, que passaram progressivamente para o grande planalto do Norte. Ocupam Leão, sua capital, e Santiago de Compostela, onde afirmam ter achado o túmulo do apóstolo do mesmo nome; mas, há pouco, as incursões de Almanzor, o déspota de Córdoba (981-1002), devastaram suas aldeias e cidades.

Mas adquirem importância, pois al-Andalus se divide. Curiosamente, essa região sempre tivera dificuldades em adotar um regime estável. Durante quase cinquenta anos, dependera de Damasco. Em 756, apresentou-se em Córdoba um príncipe vindo do Oriente, o último dos omíadas, o último sobrevivente da família califal, massacrada e destronada num golpe de Estado sangrento. Ele ali se instalara, tomara o título de califa, e, a partir de então, a Espanha muçulmana se tornou independente. Mal ou bem, de revoltas de governadores a intrigas palacianas, ela sempre encontrara um homem de pulso para conservá-la unida, nem que fosse à custa de uma ditadura sanguinária.

Mas pouco depois do ano 1000, o ano 1000 dos cristãos, aconteceu o reparável: al-Andalus se fracionou em taifas, em principados independentes e rivais, permanentemente em conflito: Sevilha, Toledo, Saragoça, Valência, Granada, Badajoz, para falar das mais importantes, sem mencionar os Estados minúsculos que eram Huelva, Moron,

Arcos, Rueda, Denia ou Lérida, cerca de vinte no total. Como não sofreria a alma dos verdadeiros crentes com essa escandalosa fragmentação?

Mais ainda, os cristãos aproveitavam-se disso. Também eles estavam divididos: os reinos de Leão, Castela (em torno de Burgos, esses dois muitas vezes unidos), Navarra (em torno de Pamplona), os condados catalães (pelo menos meia dúzia, mas dominados pelo conde de Barcelona), o pequeno reino de Aragão, em processo de constituição nos altos vales dos Pireneus centrais, invejavam-se ainda mais do que temiam os muçulmanos. E estendiam-se cada vez mais depressa.

Efetivamente, o aparecimento das *taifas* constituiu para eles um prêmio. Atraídos pelo ouro, eles que haviam praticamente abandonado o seu uso, seus soberanos puseram seus exércitos a serviço dos pequenos reis muçulmanos. Eles tinham enriquecido consideravelmente, e pouco a pouco tornaram-se ousados. Agora, faziam exigências. Não se pedia mais a sua proteção: eles a impunham. Cobravam verdadeiros tributos, as *parias*, que arruinavam os príncipes de al-Andalus e seus povos. Ai de quem não pagasse! Uma incursão punitiva logo resolvia a questão: al-Ma'mun em Toledo, al-Muktamid em Sevilha, o mais poderoso dos soberanos muçulmanos, viveram essa experiência. Em contrapartida, os cristãos cumpriam a palavra e protegiam seus clientes contra quem quer que fosse: aconteceu a seus exércitos afrontarem-se a serviço de dois príncipes muçulmanos rivais, ou até mesmo para proteger um muçulmano dos assaltos de um cristão.

As terras do Islã são um campo aberto aos aventureiros. Entre estes, estava o célebre o Cid, Rodrigo Díaz de Bivar. Nobre castelhano, nascido em Burgos, a serviço de Afonso VI, estava em missão em Sevilha para receber a *paria*, quando repeliu os exércitos de Granada, que atacavam a cidade, conduzidos pelo conde García Ordoñez, ele próprio castelhano. Caindo em desgraça em consequência de querelas políticas, foi, com uma tropa talvez composta, pelo menos em parte, de vassallos seus, trabalhar para o rei mouro de Saragoça, a mando de quem derrotou (as crônicas dizem que capturou) o conde de Barcelona. Dali, passou a Valência, onde vagueou durante anos, atacando uns, exigindo tributos de outros, protegendo Alcahir, o soberano da cidade, vassallo de Afonso, contra seus inimigos, tanto cristãos quanto muçulmanos.

Quando o rei de Castela, seu senhor, quis se apoderar do reino, o Cid considerou que ele era seu e respondeu devastando as terras do seu soberano, o que provocou a retirada precipitada deste. Com a

norte de Alcahir, tomou o seu lugar e reinou com justiça sobre mouros e cristãos, completamente independente. Morreu em 1099, e sua esposa, Ximena, assumiu sua sucessão. Foi expulsa do seu reino em 1102 por uma ofensiva dos almorávidas, mouros africanos, puritanos e pouco inclinados às concessões.

Através de múltiplos contatos, duas sociedades se interpenetraram. Milhares de nobres e de soldados cristãos vindos do Norte, amigos ou inimigos de acordo com as circunstâncias, viajam e permanecem em terra muçulmana. Aprendem a língua do outro, observam seus costumes e seus gostos. E também amam: Zaida, nora do rei de Sevilha, se refugiará, após sua viuvez, junto a Afonso VI; o rei de Castela, o conquistador de Toledo, a amará, ela se entregará a ele, se converterá por sua causa, e lhe dará o único filho que conseguirá sobreviver-lhe...

Foi Afonso, aliás, quem deu fim às *taifas*. Mais do que expulsar os mouros, queria passar à frente dos outros reis cristãos, segundo a pura tradição de Leão, que governava, temporariamente unido a Castela, e afirmava ser o único sucessor dos visigodos. Tinha necessidade de dinheiro, sempre mais dinheiro, sempre mais *parias*. Quase todas as *taifas* lhe pagavam tributo. Sobretudo, ele era aliado de Alcahir, então rei de Toledo, ameaçado por seus colegas de Sevilha e Saragoça, que cobriavam seu território, e cujo trono vacilava, abalado pelo descontentamento de seus próprios súditos, oprimidos pelos impostos e humilhados pela onipotência dos cristãos. Uma revolta expulsara-o. Afonso propôs restabelecê-lo no trono, enquanto Alcahir prometia deixar-lhe Toledo se os cristãos conquistassem para ele o reino de Valência.

Restava apenas sitiar a cidade e devastar o campo para submeter os habitantes. Isso levou alguns anos, pois não havia possibilidade de um assalto em regra. Toledo rendia-se a 6 de maio de 1085. A 25, Afonso entrava na cidade. Verdadeiramente, ele merecia o título de "imperador de toda a Espanha", que há algum tempo a sua chancelaria lhe dava: reconquistara a velha capital dos visigodos; fora o primeiro a forçar a fronteira de al-Andalus; de todos os reis cristãos, era o maior, e quase todas as *taifas* se consideravam seus vassallos.

Entretanto, muitos muçulmanos fugiram de Toledo. A comunidade moçárabe, talvez a mais numerosa da Espanha, se apoderara de uma parte dos bens dos emigrantes. A importante comunidade judaica, em seu bairro reservado, estava inteiramente ali. A capitulação era liberal: todos, inclusive os muçulmanos, conservavam os seus bens e sua religião; as mesquitas seriam respeitadas; os impostos mantidos em seu nível anterior. O rei apoderava-se das possessões do soberano deposto e dos bens agora sem dono.

Rapidamente, a cidade, inclusive os moçárabes, sentiu que fora conquistada. Emigrantes vindos do Norte, muitas vezes de além-Pireneus, ficaram no centro da cidade. A grande mesquita, por sua iniciativa, foi transformada em catedral. Os moçárabes foram privados do direito de eleger seu patriarca: impuseram-lhes um bispo francês, Bernardo de Cluny, e seu rito, o velho rito visigótico que, durante três séculos e meio, catalisara a sua resistência, tratado como "superstição toledana" pelos clérigos estrangeiros, foi limitado a seis igrejas, onde acabou desaparecendo. Bens consideráveis foram distribuídos aos recém-chegados. Afastou-se o moçárabe Sisnando, a quem Afonso confiara o governo da cidade. O rei entregava-a aos homens do Norte. Não é certo que ele estivesse inteiramente de acordo, mas tinha suas razões.

Na verdade, se os cristãos da Espanha estavam levando a melhor sobre os muçulmanos, eles o deviam em parte ao apoio que lhes oferecia uma Europa em plena renovação. De fato, desde o século X, as coisas se agitam além-Pireneus. Aqui e ali, os senhores reagrupam os habitantes, até então dispersos em aldeias, em grupos mais compactos, mais fáceis de controlar, mais fáceis de organizar. Concentram suas forças. Instala-se a organização paroquial, que servirá de estrutura para a vida quase até os dias atuais. O domínio do homem sobre o território se faz mais forte. A floresta recua, a população aumenta, e também a produção. O intercâmbio, que nunca cessara totalmente, retoma o seu vigor. O grande comércio renasce e as cidades reassumem a função econômica que quase haviam perdido no fim do império romano. As frotas italianas disputam de novo aos muçulmanos o império dos mares.

A Igreja desperta. Os papas apresentam-se, pela primeira vez, como elementos éticos, aglutinadores e diretores do Ocidente, até acima dos imperadores. No ano da tomada de Toledo, morre Gregório VII, o papa de Canossa, que humilhara o imperador. Em pouco tempo, Urbano II (1088-1099) lançará as cruzadas, o excedente das forças vivas do Ocidente, contra Jerusalém: o espírito de cruzada afirma a unidade da Europa cristã.

A vida intelectual recomeça. Na Itália, no norte da França, nos mosteiros, e depois nas escolas urbanas, grupos de clérigos estudam os textos que seus antecessores lhes legaram, comparam-nos, detectam suas divergências, tentam resolvê-las. Têm a impressão de reatar o fio de uma tradição interrompida, de encontrar, de assimilar de novo uma cultura esquecida: "Somos anões empoleirados nos ombros de gigantes", dizia um deles. Desse saber antigo, as bibliotecas da Europa só contêm vestígios. O Ocidente cristão está sedento de livros: vai

importar dos países que conservaram a tradição antiga, dos países islâmicos, de Bizâncio, a matéria-prima indispensável ao seu desenvolvimento intelectual. A Espanha é uma ponte. Já no fim do século IX, foi em Ripoll, na Catalunha, que o monge Gerbert viera aprender matemática...

Os soberanos cristãos da Espanha procuravam apoio desse dinamismo novo. Até meados do século XI, o cristianismo espanhol vivia uma vida autônoma, praticamente afastado do mundo. Ali reinava ainda o velho rito visigótico e Roma não importava.

Já em 1063, entretanto, o papa dera indulgências a quem fosse à Espanha combater os infiéis: vê-se nessa decisão o primeiro exemplo de cruzada. Sancho Ramirez de Aragón respondera a essas propostas. Ele fizera a viagem a Roma e se declarara vassalo da Santa Sé (1068); aceitara o ritual romano: era uma maneira de se proteger das ambições da vizinha Navarra e legitimar a independência que acabava de adquirir por suas próprias forças. Logo se seguiram outros.

Castela apostara em Cluny, essa grande abadia da Borgonha, cujo peso na cristandade era então colossal. Assim, ligara-se à família ducal de Borgonha, da qual vários membros se estabeleceram na Espanha. Um deles estará na origem de Portugal, e Constância, esposa de Afonso VI, era natural da região. Os monges de Cluny criaram monastérios, forneceram bispos, impuseram, em 1080, a passagem para o rito romano. Divulgaram o caminho de São Tiago, que percorria todo o norte do reino e cuja fama dava tanto prestígio ao rei de Leão; empurraram para a Espanha a multidão de imigrantes que povoavam, tanto quanto os moçárabes vindos do Sul, as terras conquistadas. A escolha de Bernardo de Cluny como bispo de Toledo não era surpreendente. Como também não o era a proclamação, por Roma, alguns anos depois, da cidade como arcebispado primaz da Espanha...

1212. Um grande exército reúne-se em Toledo. Primeiro, no início da primavera, chegaram os cruzados do Poitou, da Gasconha, da Provença e do Languedoc, uma horda indisciplinada, ávida de butim, doutrina pela pregação dos clérigos que, ultimamente, percorriam o sul da França. Depois, o rei de Aragão, Pedro II (1196-1213), e seus homens; as milícias das cidades de Castela; os voluntários de Leão e Portugal, cujos reis não quiseram se deslocar; Sancho VII de Navarra, apelidado o Forte (1194-1234), Afonso VIII de Castela (1158-1214), enfim, de quem todos são hóspedes. Ele reuniu-os para o grande embate, que supõe

decisivo, contra An-Nasir, o Almôada, rei de Marrakech. A preparação foi longa. Foi preciso fazer com Aragão acordos sobre a partilha das eventuais conquistas. A este último cabem Valência e as Baleares; o resto, a Castela. Foi preciso entrar em entendimentos com Leão, ainda independente, para obter pelo menos a sua neutralidade benevolente. Foi preciso que o papa insistisse, proclamasse a cruzada. Não se deve imaginar um impulso unânime da Espanha cristã, precipitando-se sem hesitar sobre os infiéis. O entusiasmo foi talvez maior do que em muitas outras ocasiões, mas isso não impediu outras reflexões, mais realistas. Mas, apesar de tudo, o resultado estava ali: um grande exército se constituiu.

Há um século, a linha de frente da Reconquista está bloqueada diante de Toledo. Mas, após a tomada da cidade, os castelhanos tinham avançado rapidamente para o Sul. Entretanto, os reis das *taifas*, não vendo mais saída e pressionados por seus súditos, cuja fé estava radicalizada pelo perigo, decidiram-se a apelar para os almorávidas, fundamentalistas, que acabavam de tomar o poder no Marrocos. Eles tinham varrido as *taifas*. Esmagaram os exércitos cristãos em Sagreja, perto de Badajoz, em 1086; em Consuegra, em 1097; em Uclés, enfim, quase às portas de Toledo, onde morrera o filho do imperador Afonso e de Zaida. Derrubados os almorávidas, os almôadas os sucederam, ainda mais inflexíveis, ainda mais decididos a rechaçar os infiéis e a salvar al-Andaluz. Durante mais de um século, Toledo fora assediada, seus campos devastados.

A cidade resistira, baluarte da Espanha cristã, protegida pelo estreito talude entre ela e a Andaluzia, pelos cavaleiros das ordens militares de São Tiago e Calatrava, fundadas precisamente nos primeiros anos do século XII para lutar contra essa onda africana. Toledo empobrecera-se; o campesinato dos arredores, arruinado, vendera suas terras para os monastérios e as igrejas: a civilização moçárabe, por isso, morrera; a população muçulmana se convertera ou fugira. A cidade se tornara mais militar: suas muralhas foram reforçadas, o castelo de San Servando, na outra margem do Tejo, tornava mais difícil um assalto.

Para Toledo, começava a campanha pela libertação. Ainda em 1195, os exércitos cristãos sofreram uma sangrenta derrota em Alarcos. Havia apenas um ano que um exército almôada, conduzido por An-Nasir em pessoa, subira até Madri. Foi a última vez. A travessia dos espaços semidesérticos da Mancha foi terrível. Depois, foi necessário forçar as gargantas da Sierra Morena. Então, os franceses desanimaram. Tinham a impressão de ter caído em outro mundo; esperavam o saque e o massacre, e eis que se negociava com as guarnições muçul-

manas que se encontravam na estrada, eis que estas tinham permissão de partir, levando armas e bagagens! Continuou-se sem eles. A 16 de julho, o exército de coalizão dos cristãos se chocava, no cume das gargantas, em Las Navas de Tolosa, com as tropas almôadas. A luta foi feroz: a resistência da guarda pessoal do soberano muçulmano tornou-se lendária. Um hábil emprego das reservas fez fracassar a tática de envolvimento que o emir tentou aplicar mais uma vez. Sua derrota foi completa, e o butim apreendido no seu campo, enorme. Bruscamente, a fronteira foi levada duzentos quilômetros para o sul; Toledo, enfim, conhecia a paz.

1248. A 23 de novembro, Sevilha capitula diante dos exércitos de Fernando III de Castela, o Santo. A conquista da Andaluzia não foi fácil. A batalha de Las Navas, se destruiu a capacidade ofensiva dos muçulmanos, não entregou aos cristãos o coração de al-Andalus. Mais ainda, os reinos cristãos também tinham outros problemas. Assim, Pedro II de Aragão, um dos vencedores de Las Navas, morreu em Muret, nos arredores de Toulouse, lutando contra Simão de Monfort, também um cruzado, enviado pelo papa para reprimir a heresia dos albigenses. Ele deixou a Catalunha exangue. Os problemas internos com a difícil sucessão de Afonso, a seca, as epidemias não facilitaram as coisas. Foi preciso esperar a decomposição interna do império almôada, acompanhada da revolta dos governadores muçulmanos da Espanha que, um após outro, se proclamaram independentes. Já em 1224, eles apelaram aos cristãos para decidir suas querelas e protegê-los contra uma possível nova ofensiva dos africanos. Fala-se, a esse respeito, de "segundas *taifas*".

A partir de então, o avanço recomeça imediatamente; sucedem-se tratados de aliança, submissões voluntárias, expedições militares, cercos e capitulações freqüentemente voluntárias. Os mercadores e a nobreza da Catalunha dão ao rei Jaime I, de Aragão, que será chamado o Conquistador, os meios para se apoderar de Maiorca, um ninho de piratas que atrapalha o comércio (1229-1230). Nesse ímpeto, toma Ibiza. Por terra e por mar, os cristãos infiltram-se nas terras do rei de Valência, privado de qualquer esperança de ajuda exterior. Numa manobra desesperada, apela ao papa, promete converter-se, reconhecer-se como vassalo da Santa Sé. A mediação dos legados pontificais fracassa; em setembro de 1238, Valência está definitivamente ocupada. O resto do reino cai nos anos seguintes. Aragão, a partir daí, completou a conquista das regiões que os tratados feitos com Castela lhe atribuíam. Portugal avança quase tão depressa: já em 1238, seus exércitos chegaram até as costas meridionais do país.

Castela e Leão devem fazer um esforço maior. Em 1230, a Extremadura cai em suas mãos: isso era urgente, para deter a expansão portuguesa para o leste. No mesmo ano, Fernando III une definitivamente os dois reinos. Os acontecimentos aceleram-se. Córdova, atacada pelo norte, cai em 1236, Jaén, em 1246, Sevilha, enfim, e depois a baixa Andaluzia, até o mar.

Já não é mais necessário preocupar-se com os moçárabes: a emigração para o norte, a absorção forçada por uma sociedade muçulmana cada vez mais rígida praticamente os fizeram desaparecer. Para os conquistadores, entretanto, os muçulmanos não são inimigos a exterminar. A coexistência continua possível. No reino de Valência, os aragoneses, em pequeno número para explorar o país, fazem tudo para que eles permaneçam. Eles até fazem parte dos seus exércitos, como quando da conquista do sul de Aragão propriamente dito. Nessas regiões, importantes comunidades muçulmanas, os mudéjares, subsistirão por muito tempo, sob a proteção de seus senhores cristãos. Será necessário esperar a década de 1520 para que o cristianismo lhes seja imposto, e Francisco I, prisioneiro de Carlos V depois da batalha de Pavia (1525), ainda ouvirá o grito dos muezins chamando para a prece.

A tradição castelhana não é diferente. Em algumas regiões onde não houve capitulação, expulsa-se a população muçulmana; mas, na maioria das vezes, esta permanece, com o essencial de suas terras e de seus bens. Essa população é amplamente majoritária nas terras recém-conquistadas. Em outros lugares, os cristãos são apenas uma ínfima minoria.

Em 1264, acontece a revolta. Os vencidos não suportam mais a invasão dos cristãos, a exploração a que os seus novos senhores os submetem. De Sevilha a Múrcia, a Andaluzia está em chamas, estimulada pelos governadores de Granada, onde o rei de Castela ainda não penetrou. Castela está em situação difícil, seus exércitos, insuficientes, não sabem mais o que fazer; é preciso que o rei de Aragão pacifique o reino de Múrcia, antes de restituí-lo, sem entusiasmo. Entretanto, pouco a pouco, os cristãos se refazem. Resolvem fazer tábua rasa: os pactos de capitulação são considerados rompidos. Os muçulmanos fogem ou são expulsos. Amontoam-se aos milhares nas montanhas de Granada. O vale do Guadalquivir é repartido em lotes imensos, de vários milhares de quilômetros quadrados, entre as principais cidades, povoadas de recém-chegados, e os membros da aristocracia. A densidade demográfica diminui muito. A agricultura intensiva andaluza, baseada na

irrigação, é substituída pela pecuária extensiva, pelo trigo, e, na melhor das hipóteses, pela oliveira. Dezenas de milhares de imigrantes descem de Castela, atraídos pela abundância de terras e pela esperança de ganho fácil. É uma solução de brutalidade, raramente praticada anteriormente, e marca uma mudança.

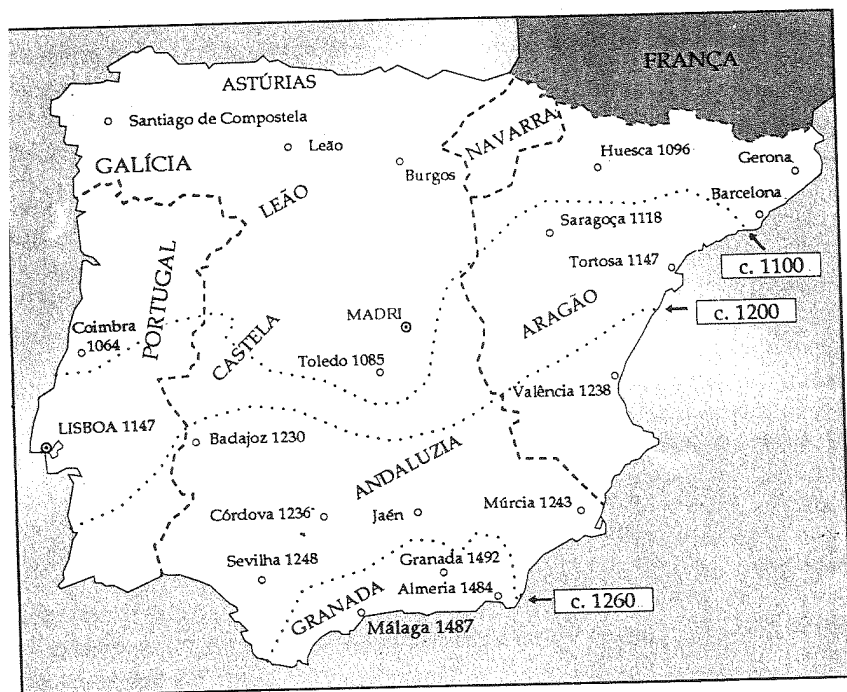
Entretanto, a Reconquista se detém, por falta de meios, poupando Granada. Castela, desde a década de 1260, vive uma crise grave. Faltam-lhe homens para repovoar as suas conquistas. Ao norte, a partida dos emigrantes desorganiza a produção. Acrescenta-se a isso uma crise política. Afonso X, o Sábio, rei erudito, poeta e músico, mas político medíocre (1252-1284), é obrigado a enfrentar revoltas dos nobres. Ele tem, principalmente, um terrível problema de sucessão: seu filho mais velho, Fernando de la Cerda, morre em 1275. Quem herdará a coroa: os filhos de Fernando, ou Sancho, filho mais novo do rei? Os muçulmanos, ao contrário, reagrupados em algumas dezenas de milhares de quilômetros quadrados, chefiados por homens de pulso (como Muhammad II de Granada), reforçados por tropas vindas da África do Norte, resistem cada vez mais; os últimos anos do reino de Afonso são perturbados por uma série de derrotas, que por um momento fazem periclitarem a ocupação de Sevilha. Finalmente, o perigo é contido. Mas, durante dois séculos ainda, a Andaluzia será zona militar: incursões e represálias ali se sucederão, sem que as fronteiras sofram alterações sensíveis.

A Espanha cristã, aliás, afasta-se do mundo muçulmano e se volta para a Europa. Ao passo que Tiago II de Aragão renunciara a toda atividade além-Pireneus, para se dedicar à guerra contra o Islã, seu filho Pedro III (1276-1291) passa a maior parte do seu reinado guerreando contra a França pelo controle da Sicília. Quanto a Afonso X de Castela, filho de uma Hohenstaufen, alimentou, durante todo seu reinado, a vã idéia de ser eleito imperador do Sacro Império Romano Germânico, como lhe propuseram os pisanos, ou, pelo menos, de que lhe fosse atribuída a Suábia, na Alemanha... Nada conseguiu, evidentemente. Mas essas pretensões mostram até que ponto os reinos da Espanha se integraram, naquela data, ao concerto das grandes nações européias. Era uma bela promoção para os descendentes dos chefes dos bandos que, quinhentos anos antes, tinham empunhado armas contra os infiéis.

Restava Granada. Ela foi tomada em 1492, pelos Reis Católicos. Sua queda marcava o fim da existência política do Islã na Europa, não de sua existência religiosa. A capitulação concedida aos habitantes, na verdade, lembra estranhamente as condições impostas a Toledo quatrocentos anos antes... Logo se pôde ver como os tempos mudaram: já

em 1501, os acordos estavam abertamente rompidos e o cristianismo imposto à força à população. Em 1568, uma revolta resultava na deportação em massa dos habitantes de Granada e sua dispersão pelo resto da Espanha. Enfim, em 1610, os mouriscos, como se chamavam então os descendentes dos mouros da Espanha, granadinos, aragoneses ou valencianos, foram expulsos do reino em condições terríveis: 160.000 pessoas tomaram o caminho do exílio. Com elas termina o refluxo do Islã espanhol.

A reconquista cristã



----- Fronteira entre dois estados cristãos
 Limite entre os territórios cristãos e muçulmanos

O sonho imperial

JULIÁN MONTEMAYOR

Toledo, reconquistada, logo incitará seus soberanos a assumirem o título de imperadores. Com o apoio do papa, Afonso VII se afirmará acima dos reis cristãos e muçulmanos, e prosseguirá seu sonho até a coroação, enquanto Fernando III será "rei das três religiões". Mais tarde, Afonso X concretizará esse ideal, com a colaboração intelectual das três culturas.*

Com o papa, o imperador é o outro grande sustentáculo do mundo no Ocidente medieval. Na Espanha cristã, durante muito tempo à margem da Europa, a idéia de império se tornou um meio de reunir as energias contra os muçulmanos. O reino das Astúrias, e depois o de Leão, por sua situação central, logo propagou essa idéia. A diversidade das culturas, dos galegos aos bascos, e dos territórios reunidos sob a mesma autoridade assim o exigia. Afonso III é o primeiro de uma série de monarcas a se intitular imperador. A autoridade do soberano cerca-se de uma série de símbolos particulares: coroa, cetro, manto encarnado. Durante esses anos, a ideologia imperial se refina e se fortalece.

A tomada de Toledo dá uma nova dimensão a esse sonho. A apropriação da grande cidade e do seu passado de capital política e religiosa confere um outro estatuto ao monarca castelhano. Baseados nisso, quatro soberanos levarão o velho sonho imperial tão longe quanto possível. Cada um o interpreta num sentido, mas de qualquer forma Toledo é sempre uma peça importante nesse empreendimento.

* Encontra-se tanto a expressão "rei das três religiões" quanto "imperador das três religiões" e "soberano das três religiões". (N.R.T.)

Um passeio pela Toledo medieval

JULIO PORRES DE MATEO
DOLORES DE PAZ ESCRIBANO

Seja qual for o caminho que se tome para entrar na cidade, chega-se à praça do Zocodover. De origem muçulmana, seu nome vem do árabe, Suq-al-dawab, "mercado de animais". Lá funcionava tradicionalmente a feira, mercado semanal em que se confraternizavam todas as classes sociais.

Três séculos e meio de domínio deram a Toledo todas as características das cidades muçulmanas de al-Andalus. O tecido urbano, de tipo medieval, tinha forte sabor islâmico, no emaranhado de suas ruelas, que o aparentava aos velhos bairros de Granada e Córdoba ou das cidades da África do Norte.

Durante muito tempo, Toledo fora uma cidade romana; foi até sede da monarquia visigótica, continuadora do Império. Essa época deixou poucos vestígios: os grandes blocos de cimento do Circo e do Aqueduto, despojados de seu antigo revestimento de granito; fragmentos de cornijas e de cantaria, reutilizados nas paredes de edifícios posteriores; e a ponte de Alcântara, a maior obra ainda de pé.

Quanto aos visigodos, é ainda pior: nenhuma construção lembra a sua passagem pela cidade. Conservaram-se muitas pilastras, colunas, baixos-relevos decorados com motivos típicos de sua cultura, mas nem igrejas, nem palácios, nem edifícios públicos, embora se saiba que eles construíram a primeira residência real de Toledo, o palácio de Galiana, assim como muitos mosteiros e outras igrejas paroquiais. Uma parte das muralhas com as quais cercaram a cidade continua intacta, o Muro de Azor, entre as Portas de Valmardón e de Alarcones.

A chegada dos muçulmanos, árabes e norte-africanos mudou radicalmente o aspecto de Madina Tulaytula (Cidade de Toledo). Além das ruas, estreitas e sinuosas, as novidades se manifestam no uso de

materiais como argamassa, gesso, tijolo, pedra e madeira entalhada, segundo técnicas de construção e decoração próprias, que originaram o "mudéjar toledano".

A cidade que Afonso VI restituiu ao mundo político cristão era bem povoada. As grandes famílias nobres, ricas e guerreiras abandonaram-na, mas permaneceram nela excelentes agricultores e artesãos muçulmanos, ou mudéjares. Entre estes, pedreiros e construtores que dominavam técnicas específicas e que, durante toda a Idade Média, remodelaram velhos edifícios e construíram outros, num estilo que imporão durante séculos, influenciando todas as correntes novas que chegarão a Toledo. Esse modelo mudéjar se impôs com tanta força aos nobres e aos reis que foi exportado: o mosteiro de Las Huelgas de Burgos, no coração da Castela cristã, é uma das obras-primas dos mestres pedreiros toledanos do século XII.

Quando se vê Toledo a partir do norte, compreende-se por que a cidade nunca foi invadida. Sólidas muralhas fortificadas defendem a elevação sobre a qual se ergue a cidade na única direção que não é protegida pelo Tejo. Nos séculos XII e XIII, as muralhas pareciam ainda mais impressionantes, pois nada as dissimulava à vista. No século XII, os soberanos cristãos trataram de reforçar as fortificações da cidade, para enfrentar as tentativas dos muçulmanos que procuravam retomá-la.

Ao norte, a Porta de Bisagra constituía a sua principal entrada — sua reforma, no século XVI, recobriu a porta árabe —, mas também se podia passar pela Porta de Afonso VI, pela Porta do Cambrón ou pela de Almofala ("o vau", em árabe), ou ainda pela porta que se abria para a Ponte de Alcântara. A muralha envolvia inteiramente as zonas habitadas. Era mais vulnerável nos setores defendidos pelo rio.

Atravessada a Porta de Bisagra, penetrava-se no Arrabal, subúrbio de origem muçulmana fortificado no século XI por Afonso VI. Sua igreja, dedicada ao apóstolo são Tiago, construída nos séculos XII e XIII, é um dos mais belos exemplos de arquitetura mudéjar. Talvez ela tenha ocupado o lugar de uma antiga mesquita, como parece indicar o seu campanário, independente da igreja, que apresenta características próprias aos minaretes muçulmanos. Outras igrejas da mesma época, San Antolin, Santa Leocadia, San Yuste, Santo Tomé, a Magdalena e San Román, elevam-se em diversos pontos da cidade, também construídas de tijolos e alvenaria, decoradas com arcos duplos e entrelaçados. Arcos em ferradura dividem seu interior em três naves, fechadas por absides semicirculares e cobertas por tetos de madeira com painéis ricamente decorados.

A rua principal leva ao Muro de Azor, único vestígio das muralhas isigóticas, que se atravessa pelas Portas de Valmardón e Alarcones, esta última hoje eclipsada pela magnífica Porta do Sol, construída no século XIV.

Ao lado da Porta de Valmardón encontra-se a mais preciosa jóia da arte califal em Toledo, a mesquita do Cristo de la Luz. Erigida em 999, o exemplo mais antigo de utilização de tijolos em relevo na fachada, para formar uma decoração de arcos entrecruzados. Encontra-se ali um texto comemorativo de sua construção, em caracteres cúficos, também em tijolos. No interior, nove abóbadas com nervuras chamam a atenção; não todas diferentes, a exemplo do *mihrab* da mesquita de Córdoba. Cristianizou-se a mesquita no século XII, acrescentando-lhe uma absíde decorada com arcos mudéjares no exterior e pinturas românticas no interior.

Assim como os muçulmanos tomaram para seu uso as igrejas, um processo de cristianização afetou, na mesma época, muitas mesquitas. Das 11 que se conhecem, nove foram recuperadas pelos cristãos: a catedral Santa Maria, as igrejas de San Salvador, San Andrés, San Sebastián, a capela de Belém, o Cristo de la Luz e três outras, hoje desaparecidas, San Lorenzò, San Cristóbal e San Ginés.

Para qual qual for o caminho que se tome para entrar na cidade, chega-se à praça do Zocodover. De origem muçulmana, seu nome vem do árabe, *uq-al-dawab*, “mercado de animais”. Lá funcionava tradicionalmente a feira, mercado semanal em que se confraternizavam todas as classes sociais. A muralha de Alficén (*al-hizam*, a cercadura) a fechava de um lado: ela delimitava o bairro reservado aos governadores muçulmanos, a zona do palácio e das casernas, precursora do atual Alcázar. O palácio de Galiana, assim chamado porque dominava os acessos à ponte de Alcântara, passagem obrigatória na estrada das Gálias (*ad Gallias*), constituía o principal conjunto de edifícios nobres da cidade. É lá que se situa uma das canções de gesta do ciclo de Carlos Magno, em que o imperador se apaixona pela princesa Galiana, filha do rei mouro Galare de Toledo. Foi no Alficén que Afonso VI instalou o convento de Santa Fé, que compreendia a capela de Belém, antigo oratório do rei Al-Ma'mun.

A praça do Zocodover faz parte de uma ampla zona comercial, que se prolonga até a catedral. Compreende o bairro dos Francos, em torno da praça da Madalena e da rua dos Torneiros, onde se instalaram os migrantes além-Pireneus, que chegaram depois de Afonso VI, quando da reconquista da cidade. Depois, vinha o mercado da seda (Alcaice-

ria), onde se fazia o comércio dos produtos mais ricos, e que atraiu os comerciantes judeus para o bairro da rua dos Mercadores (Alcana), em torno da praça das Quatro Ruas e da rua da Sinagoga. Na rua dos Torneiros, elevava-se, no começo do século XII, a última mesquita construída pelos muçulmanos, a partir do modelo simplificado do Cristo de la Luz, e que, segundo toda probabilidade, utiliza como alicerces as fundações de um reservatório de água romano.

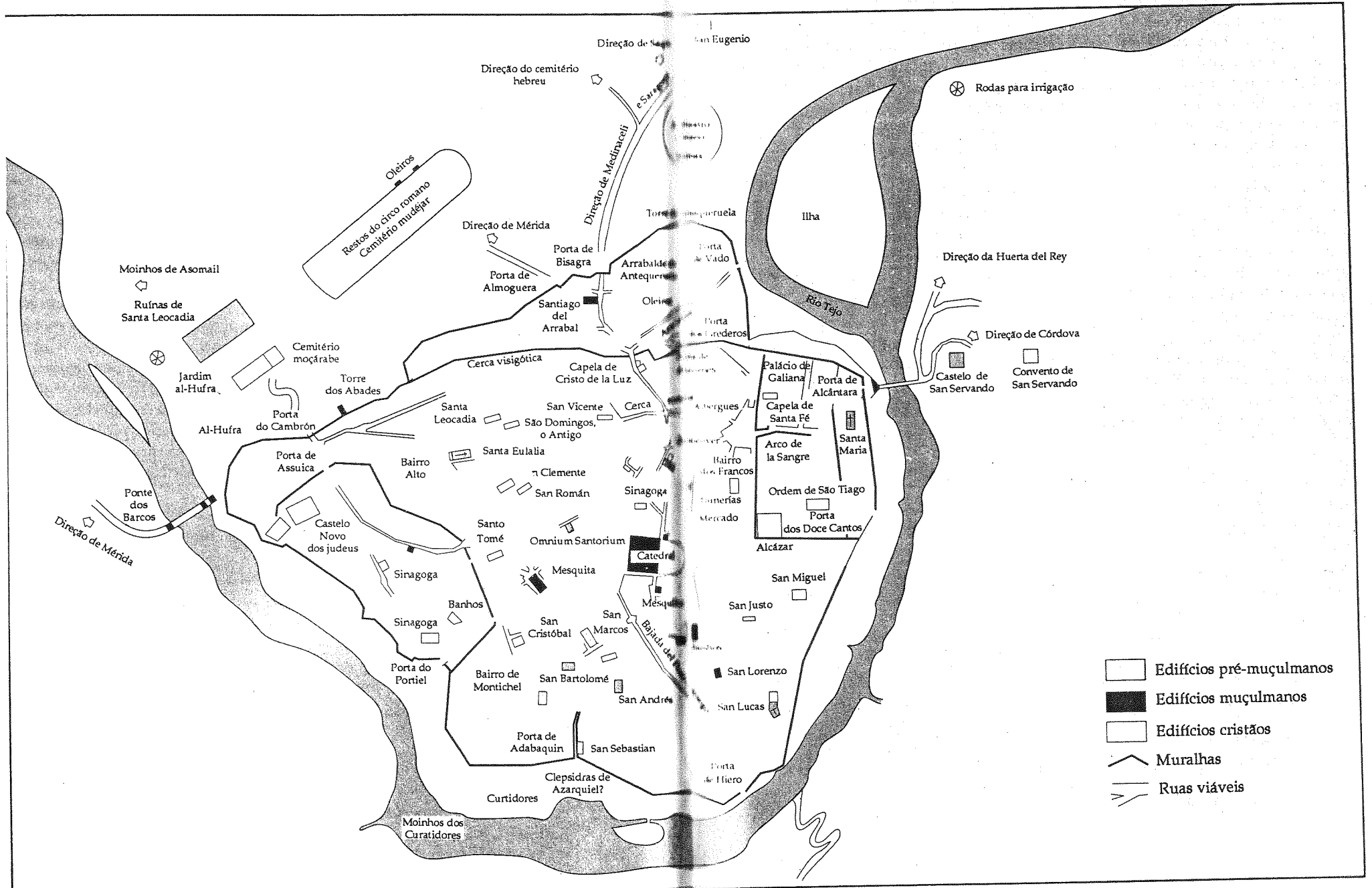
Perto da rua dos Mercadores, começou-se a construir, a partir de 1226, o maior edifício gótico de Toledo, a catedral Santa Maria. Substituiu a Grande Mesquita dos muçulmanos, convertida em igreja pouco depois da conquista, sem quase nenhuma transformação. Em meados do século XIII, já se podia perceber a magnificência da construção, com seu duplo deambulatório, projetado por mestre Martin, que retomava, aperfeiçoando-o, o modelo da catedral de Le Mans. No fim do século, podia-se desfrutar a beleza das esculturas da Porta do Relógio.

A catedral gótica é, por excelência, o templo dos cristãos de rito latino. No século XII, outros cristãos, os moçárabes, também reconstruíram suas igrejas. Elas apresentam o mais antigo estilo mudéjar de Toledo: Santa Eulalia, San Lucas, Santas Justa y Rufina e San Sebastián, esta última sem absíde, herança talvez do seu passado como mesquita. Segundo as mesmas técnicas, construiu-se a igreja latina de San Román, que se distingue por sua decoração interna com pinturas românicas representando os santos cristãos com vestes muçulmanas, obra, em parte, do pintor anônimo que decorou a absíde e o coro do Cristo de la Luz.

Perto da igreja de San Román, a oeste da cidade, se encontrava a *Judería Mayor*, cercada por suas próprias muralhas desde a época muçulmana. Depois da conquista cristã, a imigração dos judeus de al-Andalus, expulsos pela intransigência de seus novos senhores norte-africanos, almorávidas e almôadas, aumentou a sua população. O bairro pareceu-se com o resto da cidade, com suas ruas tortuosas e muitas ruelas. As sinagogas, seus principais monumentos — conhecem-se pelo menos onze — eram construídas no estilo dominante, o mudéjar. A mais bela, sem dúvida, Santa María la Blanca, é obra de pedreiros mudéjares e apresenta traços característicos da arte almôada. Notam-se principalmente a originalidade de seus capitéis decorados com pinhas sobre pilares octogonais, assim como a pureza e a perfeição de seus painéis decorativos.

A *Judería* abrigava vários estabelecimentos para os banhos rituais, como o da rua do Anjo, e aquele em que habitava, no século XIV, Samuel Levi, hoje Casa-Museu de El Greco. Esses balneários se pareciam muito com os banhos muçulmanos que estão dispersos pela

Itinerário da Toledo dos séculos XII e XIII



cidade, como os do Cenizar ou de Yaix, os de Caballel ou os da Bajada del Pozo Amargo. Todos têm três ou quatro salas abobadadas, de temperaturas diferentes.

A *Judería Mayor* tinha em seu seio duas fortalezas, uma da época muçulmana, outra da época cristã, chamadas no século XIII castelos Velho e Novo, separadas por uma rua. Erguiam-se na extremidade noroeste do bairro, onde as suas próprias muralhas se aproximavam até quase tocá-la através de uma das principais portas da cidade, a Porta dos Judeus, Bab-al-Yahud, que se tornou mais tarde a Porta do Cambrón.

Perto dela se encontrava a ponte de barcos da Cava. Era ligada à margem por uma grande torre que se abria para o Rio por meio de duas portas, de alturas diferentes: fixava-se a passarela em uma ou outra, em função do nível do rio. No leito deste, dois pilares de cimento ajudavam as barcas a resistir à corrente. Entretanto, eles eram regularmente destruídos por ocasião das cheias, e foi preciso reconstruí-los várias vezes durante os séculos XII e XIII. A fragilidade dessa obra levou à construção, nas proximidades, no século XIV, da ponte de San Martín, uma soberba obra gótica. A jusante, o curso do rio se alarga e se acalma, permitindo aos hortelões mudéjares, cristãos e até algumas vezes judeus, irrigar, com auxílio de rodas e noras, as vastas *huertas* do fértil vale de Toledo, dos dois lados da cidade.

A escola de tradutores

DANIELLE JACQUART

Meio século após sua reconquista, a cidade pode se orgulhar de possuir um centro de tradutores excepcional. A presença de moçárabes e judeus que conheciam o árabe, conjugada aos numerosos manuscritos disponíveis, atraiu muitos eruditos. Entre estes, Gerardo de Cremona traduziu para o latim tratados de filosofia, matemática e medicina.

Cinquenta anos após a reconquista da cidade pelos cristãos, Toledo tornou-se um centro de traduções, cuja atividade não pode ser comparada a de nenhum outro na Idade Média latina. A presença de moçárabes e judeus que conheciam o árabe, a possibilidade de ter à mão muitos manuscritos, atraíram eruditos de diferentes países da Europa. Mesmo que a denominação de “escola”, durante tanto tempo utilizada, não pareça apropriada, houve, em Toledo, verdadeiras equipes de tradutores, que poderiam ser qualificados de “profissionais”.

Desde 1133-42, João de Sevilha, provavelmente um moçárabe, traduziu do árabe para o latim vários tratados científicos: ele dedica ao arcebispo Raimundo o opúsculo de Qusta ibn Luqa *Da diferença entre o espírito e a alma*. Na segunda metade do século XII, instala-se em Toledo o mais prolífico dos tradutores medievais: Gerardo de Cremona, que, possivelmente com a ajuda de colaboradores, traduz para o latim um número impressionante de obras referentes à filosofia, à astronomia, às matemáticas, às ciências ocultas, à medicina. Como o arcediogo Dominicus Gundissalvi, que colaborou na tradução da filosofia de Avicena, Gerardo de Cremona manteve laços estreitos com o capítulo e o arcebispo João. No começo do século XIII, Toledo continuou a ser o ponto de encontro dos tradutores. Entre os mais ilustres, deve-se citar o futuro sábio da corte de Frederico II, Miguel Scot, autor